

EDUCAR E EVOLUIR

ISSN 2596-2116

VOLUME 1 • NUMERO 2 • JANEIRO DE 2020

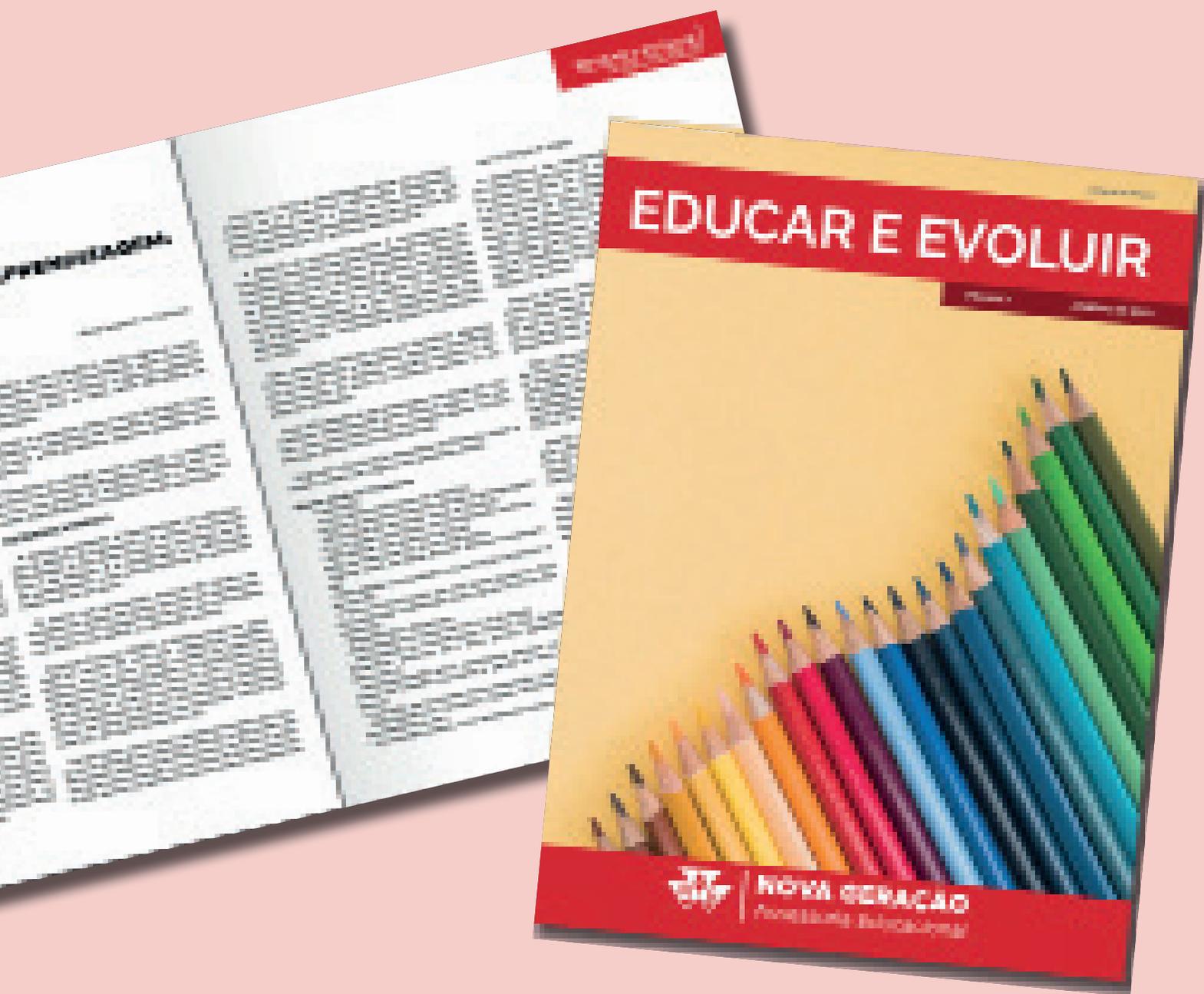


NOVA GERAÇÃO
Assessoria Educacional



NOVA GERAÇÃO
Assessoria Educacional

**PUBLIQUE SEU ARTIGO NA REVISTA DA
NOVA GERAÇÃO E GANHE PONTOS PARA
EVOLUÇÃO FUNCIONAL**



 (11) 2025-8405  (11) 99179-7848

www.novageracaoeducacional.com.br

Revista Educar e Evoluir - Nova Geração Assessoria Educacional

Segunda Edição - Volume 1 – N 2, (Janeiro de 2020)

Trimestral

ISSN 2596-2116

E-mail: educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br

Endereço Eletrônico: <http://www.novageracaoeducacional.com.br/wp/revista/>

Bibliotecária Responsável: Cláudia Luísa Siqueira

Número de Credenciamento: CRB 10260 / 8 Região

CARTA AO LEITOR

Estamos em uma sociedade transformadora e a educação deve atender aos anseios da comunidade. As novas perspectivas de um futuro é tudo aquilo que todos nós educadores, tentamos há décadas, direcionando nossos docentes à uma especialidade de ser auto suficiente.

Para uma educação voltada para a reflexão, a crítica, a ação e a inovação estamos criando a revista Educadores do Futuro, com intuito de auxiliar nossos educadores a direcionar melhor a educação num todo, com novas habilidades e mudanças no cotidiano educacional.

Ao direcionar a criação desta, levamos em conta as mudanças econômicas e tecnológicas, que propiciaram uma abundância de informações e a aceleração na circulação dos conhecimentos.

Quando as mudanças são apresentadas, há relutância, mas com uma forma diferente para enxergarmos a educação como prioridade máxima e suas razões futuristas.

Garantimos à todos um propósito de alcançar seus objetivos e se aliar aos grandes pensadores, profissionais da educação num modo geral, que relutem contra tudo e contra todos por um futuro melhor na cumplicidade dos projetos intra e extra curriculares, estratégicos, na revolução do mundo criativo e de fontes na interdisciplinaridade mundial transformadora para um futuro brilhante de toda nação.

Destacamos que a educação hoje se fundamenta no desenvolvimento de competências fundamentais para a educação do futuro e apresenta princípios legais que regem os processos educacionais neste início do século XXI. O entendimento de que precisamos aprender a aprender, nos remete à revisão habitual das praticas que envolvem a educação.

Assim, adaptar-se aos saberes necessários a uma prática pedagógica contextualizada com realidades atuais é essencial para construir um modelo educacional de qualidade.



Severino José Gonçalves
Diretor da Nova Geração Assessoria Educacional

EDITORIAL

É muito claro que o processo educacional está sempre em constante transformação, permeado pelo contexto da nova realidade de mundo e cotidiano que vivemos atualmente.

Aos longos anos que participamos do processo de formação de educadores, nós da Nova Geração Assessoria Educacional percebemos a grande necessidade de trocas de experiências entre os profissionais da educação.

Sabendo que além da prática docente, a troca de experiências e vivências no contexto educacional com uma linguagem produzida com a experiência dos professores e educadores é uma forma de transmissão e compartilhamento de conhecimentos e consequentemente da evolução e aprimoramento na formação dos agentes transformadores.

Com a experiência que temos e a pedido de muitos dos nossos queridos alunos educadores, é que nós da Nova Geração Assessoria Educacional propomos esse projeto de compartilhamento de práticas, vivências e materiais de pesquisa entre educadores, através dessa

ferramenta, pois sabemos o quão útil esse canal se tornará para o futuro da educação.

Acreditamos no diálogo entre os educadores, das suas práticas, das suas vivências e das suas pesquisas na área da educação, tanto bibliográficas quanto in loco, confiamos assim que essa é uma forma objetiva e efetiva de troca de saberes e conhecimentos, com teores educacionais essenciais para a prática, reflexão e auto-reflexão docente.

Dessa forma, apresentamos a revista “Educar e evoluir”, material que será publicado em edições on-line e Trimestrais que sempre terá como conteúdo artigos científicos, projetos educacionais, práticas docentes e pedagógicas, materiais de pesquisas acadêmicas que sempre serão publicados com o intuito de formação dos professores e educadores em geral.

A Nova Geração Assessoria Educacional tem a participação de seus alunos, formadores e seus conhecimentos como o maior patrimônio de conhecimento e a ampliação está no compartilhamento que será possível com esse projeto.

EXPEDIENTE

EQUIPE EDITORIAL

Leandro Riverti de Souza
Marcos Morales
Severino José Gonçalves

EDITOR CHEFE

Severino José Gonçalves

REVISÃO E NORMATIZAÇÃO DE TEXTO

Thainara Riverti Gonçalves
Luciene Martins Riverti

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Larissa Riverti do Nascimento
Revista Educar e Evoluir
Segunda Edição - Volume 1 – N 2
(Janeiro de 2020)

PERIODICIDADE: Trimestral

Os conceitos emitidos nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem prévia autorização dos autores.

COPYRIGHT: Nova Geração Assessoria Educacional
Rua Professor Antônio Gama de Cerqueira, 325 – Vila Americana – São Paulo/SP
CEP 08010-130 – Telefone: 2025-8405
E-mail: educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: Cláudia Luísa Siqueira
Número de Credenciamento: CRB 10260 / 8 Região

ÍNDICE

06

JOSÉ DE ALENCAR E O MITO DA BRASILIDADE

- Pedro Santos da Silva



JOSÉ DE ALENCAR E O MITO DA BRASILIDADE

Pedro Santos da Silva

Graduação em Letras pela Faculdade Camilo Castelo Branco (1988); Mestre em Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007); Professor de Ensino Fundamental e Médio - Língua Portuguesa na EMEF Wanda Ovídio Gonçalves; Professor de Educação Básica – Língua Portuguesa - na EE Dario Monteiro de Brito.



RESUMO

O presente trabalho se propõe a refletir sobre a construção do mito da brasilidade na obra de José de Alencar, tomando como referência *O Guarani*, romance indianista do escritor. Para tanto, além das questões literárias, são considerados aspectos históricos e sociais que consistiram em fatores determinantes para que o romancista erigisse, por meio da literatura, a identidade nacional idealizada, com a exclusão do negro, do índio real e do branco pobre, tudo de acordo com os anseios da elite pátria que contraditoriamente, em suas aspirações românticas, procurava uma identidade própria para o país e independência política, sem, contudo, desviar-se dos padrões europeus.

Palavras-chave: identidade; brasilidade; mito; índio; exclusão.

INTRODUÇÃO

Na fase primeva da nação, a literatura desempenhou um importante papel na construção da identidade do país, de sorte que aos escritores coube a tarefa de idealizar e de constituir a brasilidade. Destarte, mitos foram erigidos no intuito de conferir à incipiente pátria e à sua gente caráter e origem nobre, dignos de uma grande civilização.

Nessa perspectiva, o povo brasileiro seria constituído pelo encontro cordial do índio com o branco e, posteriormente, o negro também viria a integrar, na ótica dos idealizadores do Brasil, esse suposto encontro pacífico de raças e de culturas.

No entanto, malgrado o discurso oficial a respeito da miscigenação apontasse para uma suposta democracia racial, cujo resultado seria o surgimento do brasileiro autêntico, o processo de construção da brasilidade foi marcado pela exclusão étnica e cultural.

Na verdade, a formação da brasilidade atendeu aos interesses ideológicos da elite pátria, a qual embora concebesse o índio e o negro como inferiores e aderisse, no segundo quartel do século XIX, às formulações racistas importadas da Europa, carecia de uma identidade nacional que simbolizasse a emancipação política da nação e fosse sua marca diferenciadora. A solução para o problema, segundo o parecer de alguns intelectuais como Sílvio Romero, estava na inevitável miscigenação. Segundo ele, do encontro das três raças, adviria o verdadeiro caráter nacional. Contudo, o mestiço, expressão da brasilidade, como postulava, deveria ser despojado o quanto possível das características das raças supostamente inferiores. Em vista disso, de acordo com os postulados de Romero, na constituição do homem brasileiro, haveriam de prevalecer as características da raça branca.

A história de exclusão, que permeia o mito da brasilidade (narrativa acerca da origem do povo brasileiro), encontra suas raízes no século XVI. A cristianização do índio para que se voltou parte expressiva da literatura jesuítica, inclusive a de Anchieta, já implicara o despojamento da cultura do autóctone, de sua essência, no sentido ontológico do termo. Desse modo, o índio catequizado passou por um processo de aculturação, o qual purgou hábitos, gestos, valores, crenças e deuses, que se tornaram, consoante os postulados religiosos do colonizador, partes integrantes das potestades malignas. Tal processo não prescindiu de violência. Alfredo Bosi assinala que:

As flechas do sagrado cruzaram-se e infelizmente para os povos nativos a religião dos descobridores vinha municiada de cavalos e de soldados, arcabuzes e canhões. O encontro não se travou apenas entre duas teodiceias, mas entre tecnologias portadoras de instrumento tragicamente desiguais. O resultado foi o massacre puro e simples ou a degradação com que o vencedor selou o oculto dos vencidos (Bosi, 2000, p. 62)

Já a literatura de linhagem do século XVIII, precursora da idealização do índio e do seu pacto com o colonizador, encontrou representatividade em *O Caramuru*. No dizer de Antônio Cândido, essa literatura objetivava:

Constituir um movimento coeso para definir a tradição local, celebrando a pujança da terra, o heroísmo dos homens, os seus títulos, a preeminência, a limpeza de suas estirpes (...) criaram o mito da nobreza indígena que redimiria a mancha da mestiçagem (Cândido, 1976, p. 78)

Porém, a identidade nacional idealizada a partir do hipotético encontro cordial de raças, teve seu ponto seu ponto culminante no século XIX, com as obras indianistas de José de Alencar.

1. JOSÉ DE ALENCAR E A CONSTRUÇÃO DO MITO DA BRASILIDADE

Apesar do esforço dos precursores do escritor, ainda que suas obras de cunho indianista padeçam de algumas limitações, o grande artífice da brasilidade foi José de Alencar. Nos seus romances indianistas, sobretudo em *O Guarani*, o herói selvagem é submetido a uma imolação voluntária, que o redime dos supostos pecados, oriundos, de acordo com a ótica colonialista, de sua etnia e de sua cultura. Alfredo Bosi denomina esse processo de mito sacrificial, já que pressupõe o sacrifício do elemento indígena para aderir à religião do dominador e para mesclar-se com ele. Um exemplo claro do processo de aculturação do autóctone é Peri, protagonista da obra em análise. Despido de seu caráter e de sua cultura, europeizado, o índio, para cumprir o seu destino nobre, teve de aderir à religião do colonizador por meio do batismo, que o habilitou, ao lado do europeu, para ser o progenitor da raça brasileira. Na visão de José de Alencar, que se evidencia em *O Guarani*, a identidade nacional seria construída a partir da miscigenação do branco aristocrata com o índio idealizado, de sorte que, nessa formulação, foram excluídos do processo de construção da brasilidade o índio real, que se distancia substancialmente do autóctone idealizado, o negro e o branco pobre, destituído de linhagem nobre. Essa visão elitista e, em certa medida excludente, rendeu severas críticas ao escritor. Como salienta Alfredo Bosi:

Não foi o índio rebelde o celebrado por Alencar, mas sim o índio que entrou em íntima comunhão com

o colonizador. Esta conciliação violou abertamente a história da ocupação portuguesa, feita como sabemos de violência contra os primitivos habitantes da terra (BOSI, 1994, p. 52)

Contudo, a despeito das questões de ordem ideológica, os romances indianistas de Alencar são de qualidade indiscutível. Ademais o fato de o autor assumir uma posição excludente no que tange à construção da identidade nacional não pode servir como parâmetro para a apreciação estética de sua obra. As leituras dos romances indianistas de Alencar não se esgotaram. Como toda grande literatura, sua produção literária resistiu ao tempo e continua sendo um terreno fértil para que a crítica empreenda novas descobertas.

2. O GUARANI, A NARRATIVA SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

No princípio da narrativa de *O Guarani*, somos colocados diante da saga de D. Antônio de Mariz, fidalgo português, que em protesto contra a dominação espanhola sobre Portugal, embrenha-se na selva com sua família e aliados e, no refúgio da natureza, às margens do rio Parquequer, interior do Rio de Janeiro, constrói sua casa.

Malgrado a fidelidade de D. Antônio à pátria de origem, há elementos que evidenciam seu objetivo de fundar uma nova nação. O fato de o patriarca estabelecer-se às margens do Parquequer sugere a existência de semelhanças entre o povoado, inaugurado pelo fidalgo português, e as grandes civilizações, as quais floresceram às margens de rios. Não bastasse isso, o caráter fundador de D. Antônio é corroborado pelo fato de ele construir sua casa à semelhança de um castelo medieval. Desse modo, tal como um senhor feudal, não se encontra submisso a nenhum poder político centralizador, o que lhe confere a possibilidade de construir sua própria nação. Entretanto, para que realize seu propósito fundador, D. Antônio deve manter harmonia com a natureza da qual o índio é parte integrante, mesmo porque, de acordo com a ótica alencariana, a fundação da Pátria se daria a partir do encontro de dois elementos: o bom selvagem rosseauiano, não corrompido pela civilização, integrado à natureza, e o branco lusitano, de estirpe nobre e cristão.

No texto, há elementos que evidenciam esse pacto. A casa de D. Antônio se mostra como uma extensão

da natureza. A escada de lajeado é obra do engenho humano e, concomitantemente, construído da natureza. O jardim, de modo análogo, figura como parte da selva, o mesmo se verifica em relação ao quarto de Ceci, ornamentado com plantas, pedras preciosas e animais. De acordo com Romano de Sant'ana (1973, p.56): “Os elementos que compõem tanto o polo da natureza quanto o polo da cultura não são conflitantes. Há antes uma ideia de coordenação e de complementação entre um e outro”.

Além da casa, a própria filha bastarda de D. Antônio, cuja paternidade é posteriormente reconhecida pelo fidalgo, também constitui um indicativo do pacto estabelecido entre a natureza e a civilização. Isso se justifica pelo fato de Isabel ser produto da relação do patriarca (elemento civilizado) com uma índia (elemento da natureza). Não obstante sua condição de filha espúria, Isabel vive sob os auspícios do pai e em harmonia com o grupo familiar. A cultura, representada por D. Antônio e o engenho humano não aviltam a natureza. Nessa perspectiva, o conhecimento não estabelece uma ruptura com o natural e com o edênico, mas coexiste em perfeita harmonia com esses elementos. De modo distinto, ocorre no mito adâmico em que o saber, simbolizado por um fruto proibido, ingerido pecaminosamente pelo homem, é fator determinante de sua expulsão do paraíso.

Contudo, a ordem estabelecida por D. Antônio e a harmonia entre a natureza e a cultura é ameaçada por um elemento, que, a princípio, integra o grupo liderado pelo patriarca: Loredano, ex-padre carmelita, que abandonara o hábito após se apossar do mapa das lendárias minas de Robério Dias.

Se considerarmos que D. Antônio se encontra no topo do grupo que comanda, haja vista o fato de assumir o caráter de senhor feudal, líder de uma ordem hierárquica pretensamente natural e a quem os servos devem submissão, Loredano é o elemento que opera a ruptura com essa ordem, pois, movido pelo desejo de eliminar D. Antônio, assume a liderança de um grupo antagônico ao do fidalgo, remontando, com isso, a figura de Lúcifer, o anjo decaído da mitologia judaico-cristã, que movido por sentimentos egoísticos, rebelara-se contra Deus, de quem um dia fora apaniguado. O afastamento do ex-frade da vida religiosa e o fato de corromper Rui Soeiro e Bento Simões, que aderem a seus projetos criminosos, corroboram seu

caráter demoníaco. Para Loredano, não há coexistência harmônica entre o saber e a natureza. Visto por esse prisma, o conhecimento implica a corrupção do gênero humano e seu afastamento do projeto inicial. O propósito do vilão, detentor do saber e do engenho, consiste em espoliar a natureza, extrair suas riquezas para comercializá-las. Suas atividades têm cunho predatório e mercantilista. As minas de Robério Dias, que Loredano pretende alcançar por meio do mapa obtido de modo fraudulento, deixam de ser lenda, para se inscreverem como um elemento com valor econômico, passível de apropriação. Em vista disso, Loderano é o homem sem sonhos, sem utopia, para quem a lenda se convola em realidade, por isso seus projetos, de caráter utilitário, mostram-se destituídos de qualquer senso de humanidade. O vilão encarna os propósitos escusos do colonizador no novo mundo, cujo objetivo era a obtenção de riquezas fáceis, nem que isso implicasse a destruição da natureza e dos povos que a habitavam a terra. Aventureiro, por excelência, não objetiva fixar-se, constituir família ou Pátria, mas tão somente usurpar riquezas. Destarte, o triunfo de Loredano, caso ocorresse, implicaria a impossibilidade de existência da nação nos moldes idealizados por Alencar. Já D. Antônio, em outra vertente, representa os propósitos altruístas do colonizador, voltado que está para a propagação da fé cristã e para a conversão dos gentios, justificativa que respalda, do ponto de vista ético, as ações da Companhia de Jesus. A figura de D. Antônio, réplica do colonizador generoso, disposto a mesclar-se com as mulheres de raça supostamente inferior e a radicar-se na terra, acena com a possibilidade de construção da Pátria idealizada.

A batalha entre o fidalgo português e Loderano, em princípio, não é explícita, mas velada, já que o patriarca tem o aventureiro como aliado até prova em contrário.

Para acirrar a disputa, ambos encontram, na natureza, fortes aliados. Os aimorés, descritos como povo sem lei e sem governo, passam a integrar o polo negativo das personagens ao lado de Loredano. Movidos por um sentimento de vingança, os selvagens não convertidos tentam destruir o fidalgo e sua família e têm Cecília como alvo principal. Isso se deve ao fato de Diogo, filho de D. Antônio, matar uma jovem índia da tribo, episódio que deflagra um dos conflitos principais da narrativa. A conciliação do mundo natural com o civilizado e o pacto entre as duas culturas são impossíveis para os guerreiros antropófagos.

Os aimorés, vistos pelo prisma eurocêntrico e julgados, segundo os valores da cultura judaico-cristã, assumem um caráter demoníaco, entretanto aproximam-se muito mais do índio real e da história de violência, que marcou o encontro das duas culturas, do que o próprio Peri; este elevado à condição de herói mitológico, ao contrário dos aimorés, torna-se aliado de D. Antônio e parte integrante do polo positivo das personagens. Esquemáticamente temos: D. Antônio e Peri (defensores do pacto entre a natureza e a civilização,) contra Loredano e os aimorés (opositores do pacto da natureza com a civilização). A vitória dos defensores do pacto implicaria a fundação da Pátria. Já a vitória dos opositores resultaria no malogro desse projeto fundador.

Há de se observar que Peri, na qualidade de protetor de Cecília, com quem estabelece uma relação de vasalagem, salva-a inúmeras vezes, numa sucessão de ações virtuosas. Considerando que Ceci (Cecília), no mito da construção da identidade nacional delineado na obra, é a mãe da nação, ao livrá-la da morte, o herói aborígine dá demonstrações de seu empenho pela manutenção do pacto.

O heroísmo de Peri não se manifesta em um único e definitivo ato, suas ações salvacionistas perpassam toda a narrativa e estão inseridas em diferentes núcleos dramáticos. A princípio, livra Cecília de uma pedra que desabaria sobre ela, em seguida, a retira das mãos de Loredano e, no momento derradeiro, resgata-a do incêndio da casa e, posteriormente, impede que ela morra afogada nas águas do Parquequer. A relação entre Ceci e Peri, entre o civilizado e o selvagem, é marcada pelo equilíbrio, pois ambos se compensam mutuamente. Peri atua como anjo de guarda de Ceci, salvando-a inúmeras vezes; essa, não menos colaborativa, mostra-se para ele como a réplica da Virgem Maria, aos pés da qual deve permanecer para pleitear salvação. Quando Peri ingere veneno e encontra-se à beira da morte é Cecília quem ordena, numa atitude quase sobrenatural, que ele se salve.

O senso de justiça que, no sentido aristotélico do termo, significa justa medida, com base na qual os benefícios recebidos são proporcionais aos méritos das personagens, é constante na narrativa, como se essa fosse regida por um juízo superior, que aquilatasse o valor de cada personagem para recompensá-las de acordo com suas virtudes. Nesse sentido, o narrador extradiegético, onisciente e além do plano terreno, as-

sume o caráter divino de um julgador supremo. Desse modo, podemos estabelecer uma hierarquia baseada no mérito das personagens e em suas respectivas compensações. Quanto às personagens femininas, ao situá-las em uma ordem crescente, que vai do elemento inferior ao superior, apresentam-se Lauriana, Isabel e Cecília. A primeira, mesquinha, possui compleições modestas e é condenada à morte quando D. Antônio, atacado pelos aimorés, explode a casa. A segunda, virtuosa, traz uma beleza sensual, que advém da languidez, da malícia e da indolência. Embora seu destino seja trágico — ingere veneno ao saber que o seu amado havia sucumbido na batalha contra os aimorés — Isabel se sente compensada pela reciprocidade do amor de Álvaro. A terceira, Cecília, figura como a mais virtuosa de todas. Ao contrário de Isabel, notabilizada pela sensualidade, a heroína possui uma beleza angelical que excede os limites terrenos. Comparada às outras, Cecília recebe a maior compensação, em vista de ser a única sobrevivente da tragédia, ocorrida na casa de D. Antônio. Não bastasse isso, é contemplada com o amor de Peri.

No que se refere às personagens masculinas, também dispostas em ordem crescente, encontram-se Loredano, D. Diogo, Álvaro, D. Antônio e Peri. O primeiro, Loredano, de caráter torpe e aparência repugnante, morre queimado na fogueira. O segundo, D. Diogo, embora não seja afeito a vilanias, mata por imprudência a índia aimoré. Se Loredano mata por dolo, D. Diogo, mais probo, mata por culpa, mas isso não é suficiente para livrá-lo do sofrimento, pois não consegue chegar a tempo com os soldados para salvar sua família da morte. O terceiro, Álvaro, de aparência e de espírito nobres, é compensado com o amor de Isabel e, apesar de sucumbir na batalha final contra os aimorés, morre com honra e passa a ser tido como guerreiro valoroso. O quarto elemento, D. Antônio, a exemplo de Álvaro, também possui aparência e espírito nobres. Embora opte pela morte ao explodir sua casa para levar consigo os inimigos aimorés, supera Loredano e realiza seu projeto fundador na pessoa de sua filha Cecília. O quinto personagem, Peri, dotado de virtudes e beleza inigualáveis, é compensado com o amor de Cecília, disputado também por Loredano e por Álvaro. Ao colocarmos os sentimentos dos três pretendentes de Cecília em ordem hierárquica, seguindo uma linha ascendente, temos, no último patamar, Loredano, que a deseja com instinto animalesco, profano e até mesmo herético, mesmo porque, em vários momentos no

curso da narrativa, Cecília assume o caráter de santa. Num segundo plano, encontra-se Álvaro, cujo amor pela heroína é sincero, e, no plano superior aos demais, está Peri, que a venera, transcendendo o plano carnal. O episódio do bracelete de ouro, símbolo da alma de Cecília, também coloca, do ponto de vista ético, seus pretendentes em posição hierárquica. Álvaro põe o bracelete na janela de Cecília, no intuito de presenteá-la. Loredano subtrai o objeto e atira-o no abismo. Peri, num gesto heroico, desce ao fosso e, sem temer os répteis e as bestas que o povoam, de modo análogo a Orfeu, porém, contando com mais sorte que o herói mítico, resgata a joia. Assim, a linha ascendente se repete: Loredano é o que subtrai, Álvaro, o que doa e Peri, superior a todos, o que salva.

Além de conquistar o amor de Ceci, Peri também se livra da morte e, ao lado da filha de D. Antônio, torna-se o fundador da nação brasileira. A dádiva conquistada pelo índio também obedece ao critério meritório, presente ao longo da narrativa, pois ele, na batalha contra os aimorés, numa atitude messiânica, envenena-se. Uma vez morto como um bravo, seria devorado por seus inimigos antropófagos e conseqüentemente também os envenenaria, salvando, com isso, a família de D. Antônio do ataque da tribo hostil. Contudo, em uma das cenas mais artificiais do romance, Ceci ordena que Peri encontre uma erva e prepare um antídoto para livrá-lo da morte e ele, seguindo o comando de sua senhora, ingere a substância e sobrevive.

O sistema de punições e de recompensas, presente em O Guarani, está vinculado à ideologia do individualismo e do mérito pessoal, própria da sociedade burguesa. Segundo essa ótica, na qual se assenta o liberalismo, os mais capazes ascenderiam por seus próprios méritos e desfrutariam das benesses oferecidas pelo capital. No entanto, é preciso assinalar que esse sistema de punições e recompensas não deixa de ser um artifício inteligente para conduzir a narrativa a uma situação final de equilíbrio. Após o clímax, marcado pela batalha contra os aimorés e pelo episódio apocalíptico em que a casa de D. Antônio se converte em chamas, a paz é restabelecida. Peri, em outro feito heroico, atira-se com Ceci nas águas do Parquequer e não fosse seu esforço hercúleo, ambos seriam tragados pelas águas. Em seguida, o herói arranca uma palmeira do solo e improvisa uma canoa. O mito do dilúvio é recomposto nas selvas brasileiras. As águas varrem os conflitos, a corrupção e os pecadores da face da terra.

O casal eleito singra pelas águas turbulentas. A casa de D. Antônio, que aspirava ser um elemento de integração com a natureza, mas foi palco de conflitos, deixa de existir. A situação edênica inicial e o paraíso são reinventados. Peri e Ceci confundem-se com Adão e Eva, ambos têm a oportunidade de retornar à Idade de Ouro. A natureza e a civilização voltam a relacionar-se harmonicamente. Os mitos judaico-cristãos dialogam com o mito indígena de Tamandaré, que guarda semelhanças com a passagem bíblica da arca de Noé, situada no livro de Gênesis. As águas que recobrem a Terra, fecundando-a, sugerem o coito amoroso entre Ceci e Peri. O movimento do rio, o seu correr são metáforas das transformações, das mudanças de ciclo da própria vida. O homem brasileiro, filho do índio e do europeu, é concebido, em O Guarani, no melhor estilo poético de José de Alencar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se considerado o conjunto de sua obra, não haveria dificuldades para considerar José de Alencar o melhor escritor romântico brasileiro, que em nada perde para os demais escritores da literatura mundial de sua época. Além de ter se destacado como grande ficcionista, Alencar foi um dos principais mentores da brasilidade. Em que pesem as críticas de caráter ideológico, que lhe são impingidas, seus romances indianistas merecem crédito por parte da crítica não apenas pela qualidade literária e estética que os caracteriza, mas também pelo valor histórico que possuem, pois foram respostas oportunas e inteligentes de um intelectual aos problemas de sua época.

Caído em desuso o Romantismo, o mito da brasilidade e a identidade nacional, construídos por José de Alencar, receberam severas críticas. Lima Barreto, em Triste fim de Policarpo Quaresma, colocou em xeque o Brasil alencariano e desmistificou a identidade nacional idealizada pelo autor de O Guarani. Mário de Andrade, sob o prisma do Modernismo, em Macunaíma, deu uma nova resposta à questão da brasilidade. Um dos problemas do homem contemporâneo é a sua crise de identidade. Desse modo, o brasileiro, tal como Macunaíma, seria um sujeito destituído de caráter, ao contrário do que pensara Alencar.

Contudo, mesmo que o Brasil idealizado pelo escritor, presente nas páginas de suas obras, esteja distante da realidade e omite mazelas e conflitos, que, na

atualidade, saltam aos nossos olhos, indubitavelmente esse país, construído por belas imagens, merece ser revisitado, pois seu valor é inquestionável.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. O Guarani, São Paulo: Ática, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. Problemas da Poética de Dostoiévski, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

CÂNDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade, São Paulo, Editora Nacional, 1980.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira, São Paulo: Cultrix, 1994.

D'ONOFRIO, Salvatore. Poema e Narrativa: Estruturas, São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PROPP, Vladimir I. Morfologia do Conto Maravilhoso, Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1984.

SANT'ANA, Afonso Romano de. Análise Estrutural de Romances Brasileiros, Petrópolis: Vozes, 1973.



NOVA GERAÇÃO
Assessoria Educacional

EDUCAR E EVOLUIR